

# **Imaginário, Futuro e Utopia**

## **Entrevista com Frei Betto**

*1) Podemos dizer que a relação entre revoluções sociais e religião está repleta de controvérsias. É famosa a crítica de Marx ao pensamento teológico vigente no idealismo alemão, de que a “religião é o ópio do povo”. Por outro lado, autores como Walter Benjamin ou Ernest Bloch, contrários ao economicismo marxista de seu tempo, procuram recuperar elementos da crítica social na teologia. No caso brasileiro, podemos dizer que a religião ocupa um lugar paradoxal. Por um lado, obstrui os diálogos necessários com verdades universais (vejamos*

*algumas manifestações exageradas de religiosos sobre o aborto quando apresentado o PNDH-3). Por outro lado, e podemos ver isso muito em sua trajetória, elementos como as pastorais estão e estiveram presentes em diversos momentos do diálogo social, como na luta contra a ditadura militar, na configuração da Constituição Federal e seus Estatutos, ou ainda, nos plebiscitos da dívida externa. Nesta via de mão dupla, por que a religião dá margem a estas ambiguidades?*

**Frei Betto:** A religião, como qualquer outra instituição social (família, universidade, partido político etc.) é uma faca de dois legumes... Enquanto houver desigualdade social e luta de classes, as instituições, incluída a religião, haverão de refletir essa contradição ou ambiguidade. Isso porque uns se colocam no lugar social dos opressores e outros, no dos oprimidos. O próprio Marx, ao analisar a religião, é coerentemente dialético, pois diz que ela é “ópio do povo” e também “coração de uma sociedade sem coração”. Ou seja, ela pode expressar o clamor de libertação, como ocorreu em Jesus e sob a ditadura militar no Brasil, como pode expressar a submissão, como Bush em seu messianismo contra o “eixo do mal” ou Bin Laden em seu fundamentalismo terrorista.

*2) Sua participação no início do governo Lula foi intensa, sobretudo no que diz respeito a programas que hoje têm reconhecimento internacional, como o primeiro formato do Bolsa Família, o outrora “Fome Zero”. Fala-se muito que, a partir de programas de distribuição de renda como estes, uma nova classe média está se formando no país. Deste modo, o senhor compartilha da opinião de que com o Bolsa Família houve uma absorção de direitos fundamentais que o Fome Zero ainda não dava conta? E, ainda, o senhor acredita que tais programas alimentam mais o “fetiche” do consumo ou fortalece a solidariedade entre os beneficiários?*

**FB:** O Fome Zero, como descrevo no livro “Calendário do Poder” (Rocco), era um programa de caráter emancipatório. O Bolsa Família tem caráter apenas compensatório, sem porta de saída para as famílias que dele dependem. De fato, o Bolsa Família é bom, mas o Fome Zero era ótimo. Foi posto de escanteio pelo próprio governo que o criou por desagradar os prefeitos, o que poderia prejudicar o Planalto eleitoralmente...

De fato, as políticas sociais implementadas pelo governo Lula promovem uma vasta distribuição de renda. É muito bom que as

peças possam comprar, adquirir bens, aquecer a economia. A questão é como evitar a volta da inflação e o estouro da bolha de crédito fácil... É evidente que eu gostaria que tais programas tivessem também uma dimensão pedagógica para evitar o consumismo. De certo modo isso foi feito através da Rede de Educação Popular organizada a partir da Presidência da República, porém pouco conhecida. No livro citado esclareço do que se trata.

*3) Muito se fala que o Brasil precisa crescer economicamente para enfrentar os desafios de seu novo papel no plano internacional. Isto significa a industrialização do território como também a busca de recursos naturais que forneçam energia e matéria-prima para este salto. Em contrapartida ao discurso do progresso sem freios, percebemos um fortalecimento das críticas ecológicas, de um “ecossocialismo”, que tomam para si não apenas a defesa do meio ambiente, como também a voz das vítimas deste processo sem limites (como os moradores desabrigados pela construção de barragens, as comunidades isoladas no interior das matas etc.). Deste modo, quando o senhor se depara com conflitos de interesse como este, que dispositivos utiliza para defesa dos movimentos sociais? Como é sua práxis?*

**FB:** Não me agrada esse modelo neodesenvolvimentista refletido no PAC. Pouco se fala em sustentabilidade e menos ainda se faz. Basta ver a aprovação, a toque de caixa, de construções de usinas hidrelétricas. Vide Belo Monte e a rebelião em Jirau. Tudo isso deveria fazer o governo repensar seus conceitos de desenvolvimento. Daí a importância de os movimentos sociais enfatizarem o ecossocialismo, a qualidade de vida acima da quantidade de bens, na linha do conceito indígena andino de “sumak kawsay”, o bem viver sem consumismo e prejuízo ao meio ambiente. A questão ambiental não faz distinção de classe e se reflete em todas as dimensões de nossas vidas. Disso discorro no livro, em parceria com Marcelo Barros, “O amor fecunda o Universo – ecologia e espiritualidade” (Agir).

*4) No cenário internacional, a década passada revisitou o conceito de “choque de civilizações”, pensando na incompatibilidade entre Oriente e Ocidente, de modo que o pivô da crise estaria sobretudo no peso religioso. Atualmente, com as manifestações dos conflitos árabes, é possível pensar que este paradigma do “choque” se tornou questionável? Neste caso, o senhor acredita que a religiosidade atrapalha ou auxilia no avanço de uma ampliação de direitos entre os povos árabes?*

***FB:*** É uma falácia atribuir à religiosidade a causa de conflitos. A questão é de classes, de direitos humanos, de relações de gêneros. Fundamentalistas existem em todas as religiões, no Oriente e no Ocidente, no islamismo e no cristianismo, como também na arte e na ciência. Os povos árabes querem é democracia, emancipação da mulher, acesso à informação. Ninguém ali está brigando por mais ou menos religião, e sim contra o intervencionismo ocidental (Iraque e Afeganistão) ou contra ditadores e governos autocráticos.

*5) Diversos são os relatórios de organizações de direitos humanos que apontam no Brasil a grave crise jurídica no que diz respeito ao Estado policial. De acordo com dados do próprio Ministério da Justiça, é visível que a maior parcela dos condenados à “pena de morte das ruas” são jovens, negros e pobres. De novidade, podemos apontar programas de integração social como as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) instauradas nas comunidades pobres. Como o senhor considera isso: os movimentos sociais estão finalmente conquistando espaço junto*

*aos órgãos de segurança, ou estão sendo dissolvidos pelo discurso policial?*

**FB:** Em muitas regiões do Brasil, em especial Rio de Janeiro, os movimentos sociais tiveram suas lideranças cooptadas pelo poder público e o vácuo foi ocupado pelo narcotráfico e pelas milícias. Nossos governo têm enorme dificuldade de reconhecer a autonomia dos movimentos sociais e manterem com eles relações de alteridade. Ou tentam cooptar ou segregar, desacreditar. É isso que impede a população, agredida pela violência policial, de reagir à altura. E violência policial não é só milícia ou atirar antes de perguntar... É também aceitar propina, entrar na corrupção etc.

*6) Pensando menos no presente e mais no que virá: o senhor considera que, como previu Stefan Zweig, o Brasil é um “país do futuro”? Ou seja, esta é uma “utopia concreta” ou um devaneio de um sonhador?*

**FB:** Acho uma bobagem isso de país do futuro. Zweig predisse e Obama declarou que o Brasil já chegou ao futuro... de quê? Do neoliberalismo? Não quero o Brasil como país

do futuro e sim como país de justiça social, livre da fome e da miséria, país de liberdade e paz, sem trabalho escravo, devastação ambiental e ilhas de prosperidade cercadas de exclusão social por todos os lados.